

do fracasso

GEORGE VIDOR

Choques econômicos sucessivos e fracassados deixaram uma seqüela terrível na sociedade brasileira: uma espécie de angústia coletiva que gera uma onda de derrotismo às vésperas de qualquer mudança relevante. Ainda que previamente negociado, em todas as suas etapas, o atual programa de estabilização não conseguiu escapar dessa síndrome do fracasso, o que obriga o país a fazer o dobro do esforço necessário para derrubar a inflação.

Desde o anúncio da criação da URV, cada nova etapa do programa é acompanhada por uma enxurrada de previsões catastróficas. Os temores de hiperinflação em cruzeiros reais foram tantos que o Governo acabou se cercando de cautelas demais na introdução do indexador.

De fato, houve alguma inflação corretiva, inevitável porque os mercados precisavam se adaptar a uma nova realidade, menos dependente de ganhos financeiros. Ainda assim, a URV acabou arrefecendo o ritmo da alta dos preços e os índices se mantiveram na faixa de 40% a 45%.

Agora o terror se concentra no período de dez dias que antecede a entrada em vigor do real, supostamente porque a URV não teria mais condições de captar a inflação que poderá ocorrer a partir de 20 de junho, já que a coleta de preços para cálculo da maioria dos índices do mês se encerrará naquela data.

Industriais e comerciantes teriam em mente um plano maligno para jogar os preços nas alturas exatamente no final de junho e na passagem da URV para o real os assalariados acabariam sofrendo grandes perdas. Na confusão dos índices, os poupadores também seriam prejudicados com um expurgo na inflação.

Na verdade, essas ameaças não encontram respaldo na realidade econômica e são produto da imaginação. O cálculo da URV, por exemplo, tem condições de incorporar perfeitamente uma aceleração de preços que chegue a 16% nos últimos dez dias de junho. Qualquer alta superior a isto traria enormes prejuízos aos próprios comerciantes. A rentabilidade média dos supermercados brasileiros gira en-

tre 1% e 2% do faturamento total. Se as vendas despenham, em decorrência de remarcação exagerada nos preços, a rentabilidade vai para o brejo. O setor é hoje muito competitivo: existem pelo menos 1.200 supermercados no país e nenhum vai querer deixar de faturar justamente num período em que precisam fazer caixa para pagar salários e honrar outros compromissos. Na indústria, a situação não é diferente.

Por mais que se ponha em dúvida a eficiência da equipe econômica, é difícil acreditar que o Governo se manterá de braços cruzados às vésperas do real. Tudo indica que no decorrer de junho haverá aperto na liquidez, com retirada de moeda de circulação, para evitar que os mercados entrem aquecidos no real. Além da política fiscal e monetária, o Governo sempre pode recorrer à persuasão moral: consumidores e imprensa certamente permanecerão atentos às variações de preços e as autoridades poderão agir em tempo.

Com a conversão para a URV de salários, tarifas de energia e preços de combustível, transporte etc., os principais fatores de custos estão estabilizados em relação ao indexador; não serão, portanto, canais portadores de inflação da antiga para a nova moeda.

A economia está crescendo, as finanças públicas vêm sendo mantidas sob controle (apesar de todas as previsões em contrário), a agricultura deu enormes saltos de produtividade, o país acumulou reservas cambiais para enfrentar qualquer tempestade nas contas externas (o que é improvável, pois o Brasil tem hoje um comércio exterior bem diversificado), não há poupança financeira bloqueada e nem cruzados a serem devolvidos.

A Argentina estava com uma inflação de 200% ao mês antes do seu plano de estabilização; e Israel nunca teria posto em prática seu programa se ficasse pensando na iminência de um ataque árabe. O Brasil não chegou a nenhuma dessas situações extremas — mas as pessoas aqui sofrem de angústia coletiva e síndrome do fracasso. Talvez já sejam saudades da inflação.